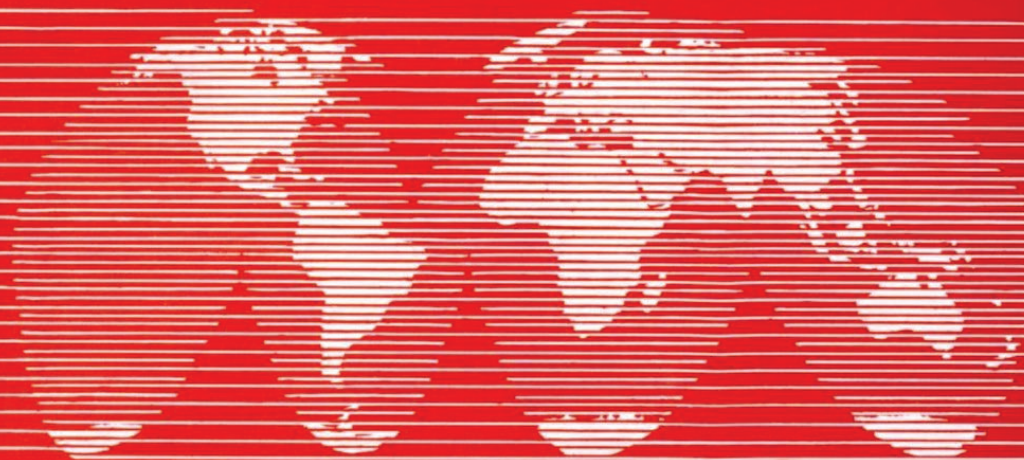


INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

DESINDUSTRIALIZAÇÃO, RECONVERSÃO E TERCIARIZAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES *

LUCÍLIA CAETANO **

RESUMO

Na generalidade das antigas regiões industrializadas tem-se assistido nas últimas décadas a um declínio. Desemprego, espaços industriais abandonados e decadência urbana são os sinais exteriores da crise. A reconversão tem favorecido o sector terciário. Todavia, no terciário são os serviços destinados à população que aumentam de importância: serviços públicos/administrativos, saúde, serviços sociais, serviços recreativos e de lazer e serviços pessoais.

A reconversão física dos espaços industriais desactivados tem sido, predominantemente, orientada para funções urbanas mais especulativas. Entretanto, com a oposição crescente dos agentes do planeamento assiste-se a movimentações no sentido de manter, em parte, a função industrial e nos casos de renovação serem preservados alguns edifícios classificados de património histórico, sem deixar de modernizar as estruturas numa perspectiva de rentabilização e reutilização com outras funções.

A terciarização da economia é pouco importante em áreas que perderam potencial económico com a desindustrialização. Ao invés, a terciarização da economia é alcançada nas regiões em que a reconversão teve êxito porque baseada na promoção de novas tecnologias, serviços de I & D e numa nova imagem de marca.

RÉSUMÉ

Dans la plupart des anciennes régions industrialisées on a assisté durant ces dernières décennies au déclin. Chômage, espaces industriels abandonnés et décadence urbaine sont les signes extérieurs de la crise. La reconversion a

* Comunicação apresentada às II Jornadas de Geografia Humana (Coimbra, 22 a 24 de Janeiro de 1991).

** Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

favorisé le secteur tertiaire. Néanmoins, au niveau du tertiaire, ce sont les services destinés à la population qui ont pris de l'importance: services publics/administratifs, santé, services sociaux, services récréatifs et de loisir et services personnels.

La reconversion physique des espaces industriels désactivés s'est principalement tournée vers des fonctions urbaines plus spéculatives. Entretemps, de par l'opposition croissante des agents de la planification, on assiste à des mouvements visant le maintien, en partie, de la fonction industrielle et, pour les cas de rénovation, la préservation de quelques édifices classés patrimoine historique, tout en modernisant leurs structures dans une perspective de rentabilisation et de réutilisation à d'autres fins.

La tertiarisation de l'économie est peu importante dans des zones qui ont perdu leur potentiel économique en vertu de la désindustrialisation. A l'opposé, la tertiarisation de l'économie a lieu dans les régions dont la reconversion repose sur la promotion de nouvelles technologies, services R & D et une nouvelle image de marque.

SUMMARY

In most of the older industrialised regions one has, in the last decades, noticed a diminution of the industrial sector. Unemployment, abandoned industrial areas and urban decadence are the exterior signs of the crisis. The reconversion has benefitted the tertiary sector. However, in the tertiary sector are the services aimed at the population and which are of increasing importance: public/administrative services, health, social services, recreational and leisure services and personal services.

The physical regeneration of the deactivated industrial areas has been, predominantly, oriented towards the more speculative urban functions. Meanwhile, with the increasing opposition of the planning agents, one observes a tendency to partly maintain the industrial function and, in case of renovation, the preservation of some buildings, classified as historical patrimony, without leaving out the modernisation of its structures in the perspective of rentabilisation and re-utilisation, with other functions.

The tertiarisation of the economy is of little importance in areas that have lost economical potential due to de-industrialisation. On the other hand, is reached and is successful in those regions where the reconversions were based on the promotion of new technologies, R & D and on a new image.

INTRODUÇÃO

A generalidade das antigas regiões industrializadas da Europa tem assistido, a partir da segunda metade dos anos 1970, a um decréscimo do sector industrial traduzido pelo declínio do emprego, encerramento de fábricas e extinção de firmas. A indústria que, naquelas regiões, foi outrora o motor do progresso urbano e regional, vai arrastá-las para a ruína.

Contrapõe-se a esta situação a proliferação de pequenas empresas e de novas tecnologias, o reforço da internacionalização do investimento e do controlo da produção.

Os impactos da mudança são diversificados e, naturalmente, com importantes reflexos a nível social, económico e político.

Entretanto, opera-se a expansão do terciário em resultado da reestruturação da economia do território.

Neste contexto, é nossa pretensão, reflectir sobre os significados das mutações ocorridas e dos modelos de reconversão dos espaços desindustrializados.

1 — DESINDUSTRIALIZAÇÃO

1.1. Causas próximas gerais

O fenómeno da desindustrialização não é actual, nem exclusivamente europeu. Com efeito, toda a alteração estrutural e tecnológica tem conduzido, ao longo da história económica de um território, ao declínio de indústrias e empresas tornadas obsoletas, enquanto outras emergem e progridem. Por sua vez, a extensão da indústria a diferentes regiões e lugares, independentemente do grau de desenvolvimento industrial alcançado e do desencadear do «Take-off» (revolução industrial), incluindo «industrialização» de tipo colonial, proporciona actualmente o reconhecimento de exemplos diversificados, na forma e no espaço, da desindustrialização.

Estas regiões, antigamente industrializadas, apresentam de comum algumas características: «le rôle dominant de l'industrialisation dans leur croissance démographique et urbaine, dans l'élaboration de leurs paysages urbaines e de leurs structures régionales... par la nature des industries...» (B. DEZERT e al., 1989, p. 205) sobressaindo o carácter mono-industrial: extracção do carvão e de minérios metálicos, têxteis, metalurgia de base...

As causas próximas do actual declínio industrial europeu são a perda de competitividade da produção tradicional, as estruturas industriais fracas e antiquadas, comportando métodos e processos de produção inadequados, produtos pouco adaptados ao mercado e, fundamentalmente, as novas estratégias das firmas.

A concentração industrial e de população operária que tem caracterizado as regiões antigamente industrializadas regia-se pelos princípios da lei de Weber, ou seja, proximidade das fontes de energia e das matérias-primas e disponibilidades em mão-de-obra indispensáveis para as grandes indústrias de

construções mecânicas e têxteis. «La ville industrielle née au milieu du XIXème siècle faisait corps avec les usines. La vie était rythmée par la sonnerie des sirènes...» (B. DEZERT, 1989, p. 206). Entretanto, este modelo de espaço industrial é, totalmente, abandonado. A laboração em grandes fábricas, segundo métodos de fabricação fordista, deu lugar à segmentação dos pro-

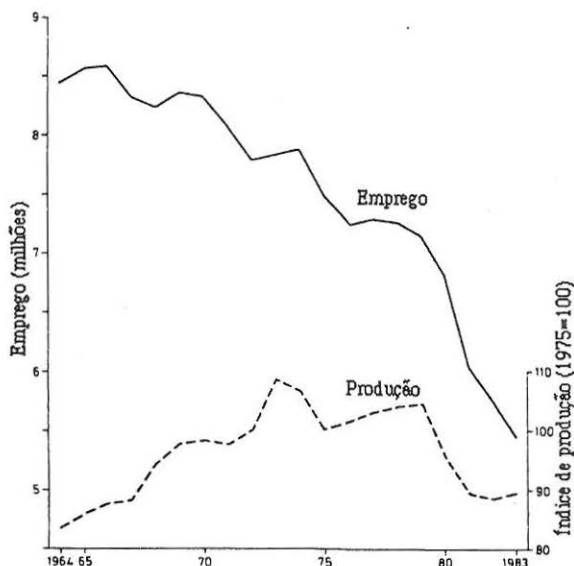


FIG. 1 — Evolução da indústria no Reino Unido, 1964/83.

Fonte: *Lever*, 1987, p. 1.

cessos de produção e à divisão regional e internacional do trabalho. Este modelo tem como consequência «une vaste décentralisation des usines et un transfert des fabrications de base loin des espaces industriels traditionnels» (B. DEZERT, 1989, p. 206).

Encerramento das fábricas, extinção das firmas e principalmente perda de postos de trabalho são a expressão mais evidente da desindustrialização, (fig. 1).

Todavia, os impactos da evolução do emprego na indústria são espacialmente muito diversificados. O declínio generalizado nos países industrializados da Europa Ocidental só tem paralelo nos Estados Unidos (fig. 2).

As indústrias mais atingidas são justamente as que haviam suportado a industrialização do século XIX: indústria extractiva do carvão, a siderurgia e a têxtil (quadro 1).

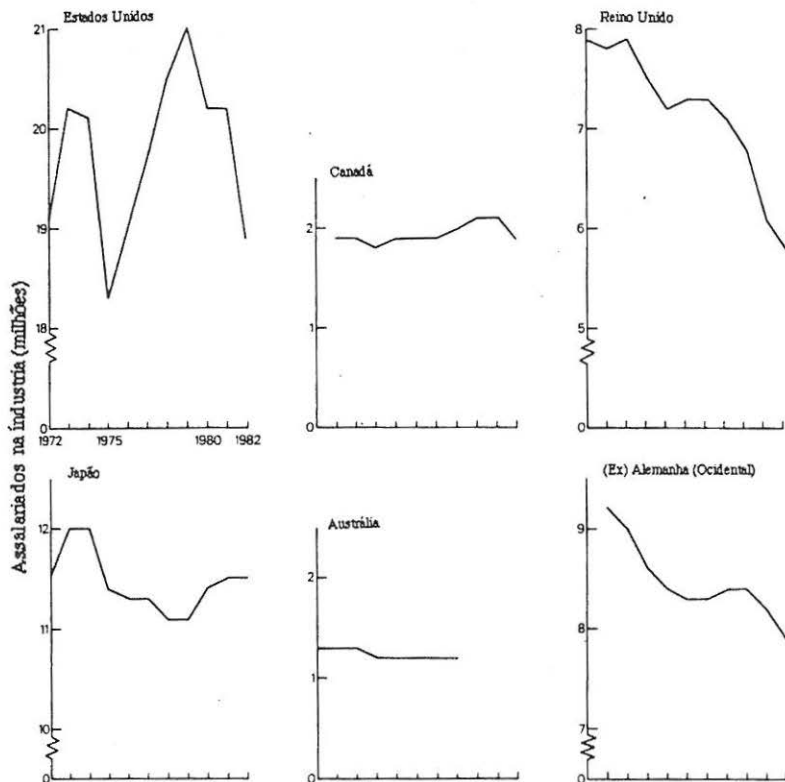


FIG. 2 — Evolução do emprego na indústria, em países industrializados, 1972/1982.

Fonte: *Watts*, 1989, p. 3.

1.1.1. *Nova divisão internacional do trabalho*

Enquanto na siderurgia e metalurgia se optou, numa primeira fase, pela transferência da localização para zonas litorais portuárias a fim de minimizar custos de transporte e diversificar a oferta das matérias-primas ultramarinas, nas indústrias de confecção de vestuário, têxteis e química decide-se pela transferência para regiões periféricas do sul da Europa (países em desenvolvimento) e novos países industrializados, que praticam baixos custos salariais e sociais.

Em conformidade com a nova ordem económica estes territórios registam aumentos de emprego (fig. 3).

<i>Decréscimo < média</i>	%
Química	— 13,5
Ferramentas	— 15,3
Papel, imprensa e edições	— 17,8
Electrotécnica	— 23,6
Alimentação, bebidas e tabaco	— 24,9
Construção naval	— 25,0
Madeiras	— 26,3
Outras indústrias	— 27,3
Veículos	— 27,4
Produtos metálicos n.e.	— 27,5
Total da Indústria	— 29,8
<i>Decréscimo > média</i>	
Máquinas	— 32,8
Cerâmica, vidro e cimento	— 34,5
Couro e peles	— 42,3
Metalurgia	— 43,4
Confecção	— 43,9
Têxteis	— 48,5
Carvão e derivados do petróleo	— 51,7

Fonte: *Watts*, 1989, p. 45.

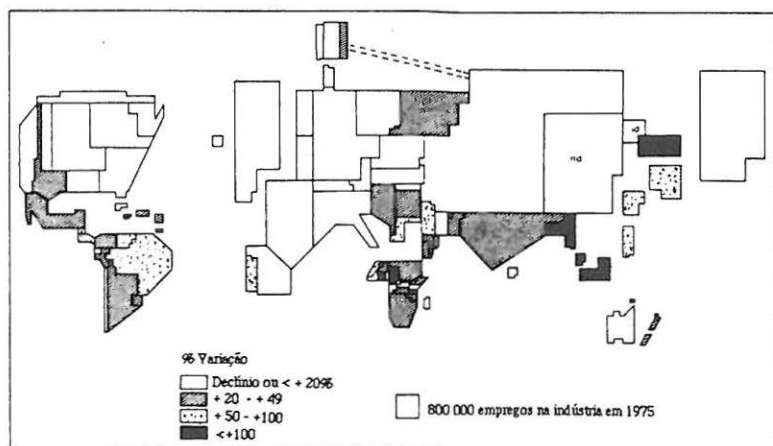


FIG. 3 — Evolução internacional do emprego na indústria, 1965/75.

Fonte: *Watts*, 1989, p. 2 (citando PEET, 1982).

1.1.2 Perda de competitividade internacional

Apesar de no conjunto das exportações mundiais, os países ocidentais industrializados deterem posição cimeira e inclusive acrescida entre 1963 e 1976, alguns países, no entanto, vão perdendo importância (quadro 2). Em contrapartida, os novos países industrializados ganham, neste período, alguma vantagem ao passarem de 2,59% para 7,12%. Contudo, salienta-se o facto de as exportações dos países centrais (mais desenvolvidos) se basearem em pro-

QUADRO 2 — Exportadores da produção industrial *

Países	1963 (%)	1976 (%)
Estados Unidos	17,24	13,55
(Ex) Alemanha (Occidental)	15,53	15,81
Reino Unido	11,14	6,59
França	6,99	7,41
Japão	5,98	11,38
Itália	4,73	5,49
Canadá	2,61	3,32
Outros países desenvolvidos **	17,14	18,13
Sub-total: países desenvolvidos	81,36	81,68
Espanha	0,28	1,07
Portugal	0,30	0,21
Grécia	0,04	0,22
Jugoslávia	0,40	0,60
Brasil	0,05	0,41
México	0,17	0,51
Hong Kong	0,76	1,15
Coreia do Sul	0,05	1,20
Taivan	0,16	1,23
Singapura	0,38	0,52
Sub-total: novos países industrializados	2,59	7,12
Índia	0,85	0,49
Argentina	0,01	0,17
Outros países em desenvolvimento	1,84	0,89
Sub-total: outros países em desenvol.	2,70	1,55
Países do bloco Leste	13,35	9,65
Total mundial	100,00	100,00

* Não inclui metais não ferrosos.

** Todos os países da OCDE, não incluídos na lista, mais África do Sul e Israel.

Fonte: *Watts*, 1989, p. 20 (citando *Linge e Hamilton*, 1981).

dados que incorporam níveis superiores de tecnologia e de valor acrescentado («mais valias»), como pode ser observado no quadro 3. Assim, relativamente ao Reino Unido, a exportação de máquinas e ferramentas, veículos, artigos eléctricos e químicos apresentam valores superiores a 40% das vendas. Entretanto, as importações destes produtos, no período 1973/82 aumentam

QUADRO 3 — Comércio externo da produção industrial, Reino Unido

	% exportada no	Importação	
	total das vendas	(% da procura interna)	
	1982	1973	1982
Ferramentas	63	46	62
Máquinas	48	26	36
Veículos	46	23	45
Electrotécnica	45	27	49
Química	41	22	33
Artigos em pele	35	27	45
Têxteis	32	21	40
Produtos metálicos (n.e.)	27	21	31
Outras indústrias	22	15	24
Confecção e calçado	19	18	35
Construção naval	18	56	17
Carvão e petróleo	17	17	17
Metalurgia (n.e.)	17	10	16
Cerâmica e cimento	13	7	11
Papel e imprensa	11	19	22
Madeiras	7	29	28
Alimentação e bebidas	6	19	15
Total da indústria	27		

Fonte: *Watts*, 1989, p. 21 e 22 (segundo: Central Statistical Office, 1985 e Annual Abstract of Statistics, 1985).

significativamente; duplicando nalguns casos (quadro 3). O confronto da estrutura e valores da exportação/importação revela a perda de competitividade a favor de outras regiões. Porém, apesar do declínio industrial associado à concorrência de importações mais baratas, deve atender-se a que as exportações dos países periféricos representa apenas 9% do mercado internacional. O sector dos têxteis e confecção de vestuário é, neste âmbito, exemplar na estratégia empresarial de transferência para regiões com baixos custos de mão-de-obra (fig. 4). Mas, na cena internacional a perda de competitividade prende-se, não apenas com custos de produção, «but with questions of marketing, servicing, delivery, reliability and product quality»

(WATTS, 1989, p. 23). Efectivamente, para muitas indústrias, a concorrência surge por parte de outras economias avançadas e não dos países em desenvolvimento industrial.

Por outro lado, neste âmbito, as grandes firmas multinacionais desempenham papel fundamental, através das estratégias executadas. Acresce, ainda, o facto de o comércio internacional (importações/exportações) ser, na sua maior parte, realizado intra-firma.

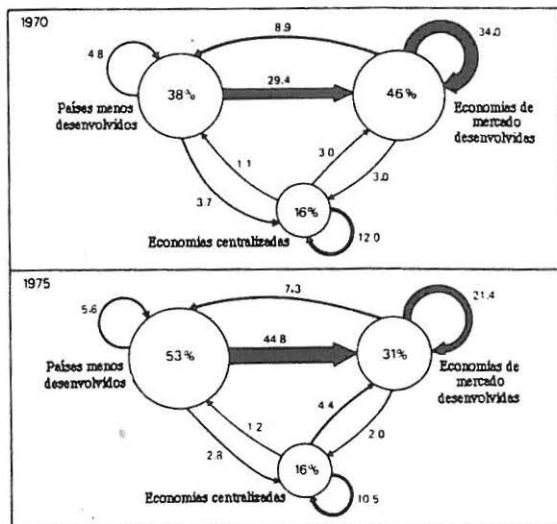


FIG. 4 — Comércio internacional da Confeção (em % do total), 1970/75.

Fonte: Watts, 1989, p. 22.

1.1.3. Estratégias das firmas

As transacções efectuam-se directamente e/ou através de firmas subsidiárias exteriores. Com efeito, análises das «exportações da Suécia e do Reino Unido mostraram que 29% (em 1975) e 30% (1973) das respectivas exportações destes países eram realizadas a nível intra-firma» (WATTS, 1989, p. 24, segundo LINGE and HAMILTON, 1981). Deste modo, a intervenção de firmas multinacionais orienta-se em conformidade com o investimento directo realizado noutros países. Esta situação induz controlo e influências a diferentes níveis: estratégias de abastecimento das fábricas, produtos, extensão dos mercados e postos de trabalho. Salienta-se que a estratégia, destas firmas, se sobrepõe, em regra à estratégia dos países, que as acolhem.

1.1.3.1. *Desagregação da actividade industrial*

A reorganização estrutural económica, no interior das firmas multinacionais tem repercussões a nível do emprego (quadro 4), podendo ainda traduzir-se por novas estratégias de localização das unidades de produção (fábricas). Nestes casos a transferência é feita para territórios em desenvolvimento.

QUADRO 4 — Variação do emprego nas maiores firmas de West Midlands, 1978 e 1982

Firma	Actividade	% do Emprego	Total na Gr. Bretanha	
			1978	1982
BSR	Engenharia electrotécnica	95	95	44
Guest, Keen e Nettlefold	Componentes para veíc. a motor	67	67	52
General Electric	Engenharia electrotécnica	85	85	76
Delta	Engenharia Electrotécnica	80	80	71
Lucas	Componentes para veíc. a motor	81	81	73
Dunlop	Borracha/Pneus	48	48	42
Imperial Metal	Metalurgia	80	80	75
Industries Tube Investments	Máquinas e ferramentas	86	86	82
Cadbury Schwepps	Bebidas	62	62	60

Fonte: *Watts*, 1989, p. 31 (citando GAFFIKIN e NICKSON, 1984).

Resulta evidente que nas firmas com grau de dispersão regional diversificado, a extensão das mudanças assume múltiplas expressões. Neste contexto, as alterações que ocorrem no âmbito do emprego atingem, a nível espacial, valores diferentes em função da estratégia seguida para cada um dos estabelecimentos.

De facto, um decréscimo global do emprego numa firma não implica que em todos os estabelecimentos pertencentes à firma tenham sido extintos postos de trabalho; alguns, destes, podem observar acréscimos de emprego (fig. 5).

A criação/ampliação de estabelecimentos pode corresponder ao encerramento ou redução da produção e do emprego para algumas das fábricas pré-existentes.

Para além disto, o reforço numérico das PME's (com menos de 100 trabalhadores), a segmentação da produção, difusão e a subcontratação são formas estruturais que precipitam o declínio das regiões industriais tradicionais.

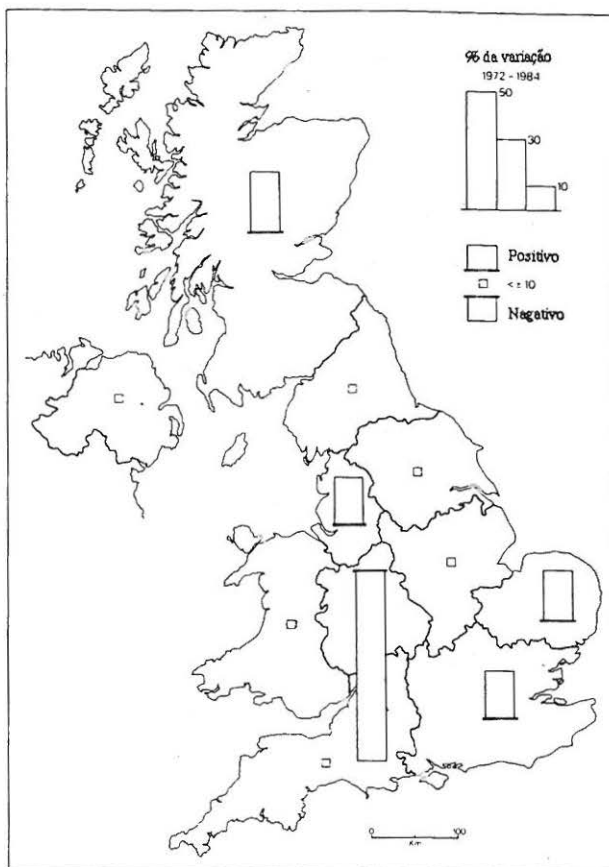


FIG. 5 — Evolução do emprego na Cadbury Schweppes, 1972/84.

Fonte: Watts, 1989, p. 12.

1.1.4. *Ciclo do produto*

O produto conhece um verdadeiro ciclo de vida (fig. 6) compreendendo as fases inovação, expansão, maturação e obsolescência. O declínio surge na sequência da perda de competitividade em relação a novos produtos postos no mercado concorrencial.

Se não se verificar a reintrodução de inovação e/ou novo produto na firma/fábrica, a ruptura técnico-financeira será inevitável, conduzindo ao encerramento.

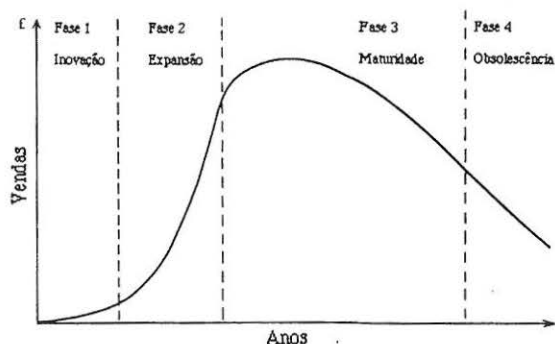


FIG. 6 — Ciclo de vida dum produto.

Fonte: *Watts*, 1989, p. 80.

1.1.5. *Políticas regionais de desenvolvimento*

Os diversificados incentivos criados com o objectivo de promover o crescimento económico em geral é, em particular, a localização da indústria nas regiões periféricas, têm contribuído também para a transferência de unidades fabris e para a extensão do declínio industrial nas antigas regiões industrializadas. Quando ocorre a transferência dos estabelecimentos, a selecção dos novos sítios é feita em função das condições oferecidas pelos territórios periféricos: promoção de solo industrial, incentivos fiscais e financeiros, custos de mão-de-obra... enfim um conjunto de factores geradores de economias de escala.

1.1.6. *Súmula de variáveis selectivas do encerramento de estabelecimentos fabris*

Evidentemente são, não só diversificadas, como não actuam isoladamente, as causas que conduzem ao encerramento dos estabelecimentos fabris. A enumeração exaustiva é inatingível. Acresce, ainda, que a situação tem probabilidade de se desenvolver quer a nível da fábrica, quer a nível do território.

Nestas circunstâncias, com o quadro 5, unicamente se pretende indicar as variáveis mais frequentes.

QUADRO 5 — Encerramento de estabelecimentos fabris: causas

Factores	Estabelecimento	Nível	Área
Acesso a mercados	Ligações com a região (—) Ligações com a firma (—)		Acessibilidade aos mercados (—)
Acesso aos mercados abastecedores	Ligações com a região (—) Ligações com a firma (—)		Acessibilidade aos inputs (—) Acessibilidade aos serviços de comércio (—) Acessibilidade à sede da firma (—)
Terreno			Valorização dos sítios (+) Espaço para expansão (—)
Capital	Capital intensivo (—) Avaliação da maquinaria (—) Idade do equipamento (+) Idade dos edifícios (+) Dimensão da fábrica (—)		
Trabalho	% de trabalho feminino (+) Produtividade (—) Trabalho intensivo (+)		Salários (+) Relações laborais (—) Sindicalização elevada (+)
Organização	Autonomia administrativa (—) Grau de domínio (—) Direcção técnica (—)		Interacção associada (+)
Tecnologias	Flexibilidade das operações (—) Transferência de tecnologia (—)		
Política do ambiente			Política do ambiente Reg. (—) Política do ambiente Local (—) Taxas locais (+) Regulamentos ambientais (+)
Pessoal	Ação pessoal (—)		Residência aprazível (—) Comun. dependente da fáb. (—)

(+) probabilidade de efeito muito significativo

(—) probabilidade de efeito pouco significativo

Fonte: *Watts*, 1989, p. 201 (citando *Watts and Stafford*, 1986).

1.2. O declínio das áreas metropolitanas

As mudanças operadas na estruturação do espaço industrial repercutem-se no emprego nas áreas metropolitanas. Estas conhecem aumentos inferiores aos observados nas áreas não metropolitanas. A título de exemplo refira-se que nos Estados Unidos, enquanto nestas o acréscimo é da ordem dos «24,1%, naquelas é apenas de 14,3%» (WATTS, 1989, p. 4). Por seu turno as 50 maiores metrópoles, segundo o censo de 1970, registam acréscimos de emprego abaixo dos «6%, porém nas áreas não metropolitanas aumenta 20%» (idem, p. 5).

Dados obtidos noutras regiões, indiciam, fazer regra, esta situação (quadro 6).

QUADRO 6 — Variação do emprego urbano e rural, Reino Unido, 1959/75

	% anual do emprego na indústria transformadora		
	1959-66	1966-71	1971-75
Londres	- 0,7	- 3,6	- 5,1
Conurbações	+ 0,2	- 1,7	- 2,2
Cidades Industriais	+ 2,8	- 0,2	- 0,5
Sedes de «County» (Condado)	+ 3,0	+ 1,1	+ 0,1
Áreas Rurais	+ 6,0	+ 1,9	+ 3,5

Fonte: *Watts*, 1989, p. 6 (citando FOTHERGILL and GUDGIN, 1982).

A evolução tecnológica e os critérios condicionantes de localização¹ são factores externos à firma que concorrem para a desindustrialização dos centros urbanos. No entanto, as causas ligadas ao comportamento das firmas, são, ainda, mais responsáveis pela mudança: o envelhecimento das firmas, a escassez de espaço para expansão, preço elevado do m² de solo², edifícios fabris envelhecidos e desajustados à tecnologia moderna e finalmente as deficientes condições de circulação criadas a veículos de carga de grandes dimensões conjugadas com medidas restritivas, quer de circulação, quer de estacionamento

1 A permanência, nestes casos, do núcleo de decisão da firma no «centro» urbano, (observando-se apenas a transferência da unidade de produção, não raro por prática de condicionamentos urbanos), apesar de mitigar os efeitos da desindustrialização, pois que se mantém o sistema de relações a nível económico, financeiro e de mercados, não deixa de provocar o abandono de espaço industrial.

2 Porém, com frequência, a transferência das unidades de produção é incentivada, justamente, na perspectiva de beneficiarem da valorização especulativa do solo que ocupavam.

automóvel. Esta última, nomeadamente, afectando o sector comercial e produtivo induz as empresas a se transferirem para a periferia urbana.

Em resultado da desindustrialização, os problemas sócio-económicos agudizam-se: aumento do desemprego, decréscimo de população, acréscimo da mobilidade laboral, degradação e ruína dos sítios industriais abandonados e dos próprios bairros operários, e subutilização das infra-estrutura existentes.

São as indústrias da panificação e confeitaria, de confecção e tipografia que resistem melhor à realocação industrial, tardando em abandonar os centros urbanos, quer por menor exigência de espaço, quer pela forte ligação e dependência do mercado urbano-local. As mesmas razões são extensivas às pequenas oficinas de feição artesanal e à pequena indústria.

2 — SAÍDA DA SITUAÇÃO DE CRISE: RECONVERSÃO

No contexto da reorganização de um território desindustrializado (regional ou urbano) a reconversão tem por objectivos reestruturar o tecido industrial em conformidade com a nova ordem da economia; solucionar o desemprego e o relativo despovoamento (sobretudo com a «emigração» dos jovens activos) e melhorar a qualidade de vida das populações através da beneficiação das infra-estruturas gerais e do ambiente. Esta estratégia impõe-se a fim de os territórios afectados pelo declínio não desencorajarem o investimento privado em projectos de novas indústrias ou comércio, fundamentais para a recuperação. A construção de uma «nova imagem» passa, também, pelo desenvolvimento do terciário superior e valorização das heranças culturais (F. TOMAS, 1989; D. MÜLLER, 1989). É com efeito, prioritário criar uma ambiência agradável para empresários, investigadores e cientistas motivando-os a instalarem-se na região e nela habitarem.

Entretanto, em conformidade com a diversidade de regiões antigamente industrializadas há, também, diferentes estratégias (públicas e privadas) de desenvolvimento e de reconversão. Deve ter-se presente, no entanto, que as mudanças operadas no sector industrial, em resultado do processo competitivo, podem funcionar como «vagas de destruição criativa» (LLOYD, 1989, p. 215, citando SCHUMPETER, 1939).

A região resistirá melhor consoante a capacidade de adaptação à mudança, caso contrário criar-se-ão situações de dependência acrescida.

A nível urbano os problemas são essencialmente de renovação dos bairros industriais degradados e/ou abandonados e de substituição das actividades tradicionais por funções mais adequadas às formas de organização actual do espaço urbano.

Finalmente, impõe-se adaptar a população activa, incluindo os mais jovens,

às novas exigências da actividade económica. Neste âmbito a formação profissional é um dado fundamental.

2.1. Políticas de reconversão

Na generalidade dos casos, a reconversão dos territórios atingidos pelo declínio industrial é estimulada através da aplicação de políticas dirigidas pelo poder central e/ou local.

O modelo de conversão do espaço industrial desactivado é condicionado pela própria localização: meio urbano (e respectiva hierarquia), meio rural, dinamismo económico local e inter-relação com o exterior ... Estas variáveis orientam a definição da vocação a reverter: habitação, equipamentos, lazer ou simplesmente tratamento da paisagem.

Para além disto, reconhece-se que no mercado, o espaço industrial a reverter é um produto e como tal tem de ser valorizado.

Podem ser promotores, o Estado, as Colectividades Territoriais e as Empresas Privadas, cuja participação é função, quer da especificidade da operação, quer das Políticas gizadas.

Na Europa dos 12 tem sido essencial a aplicação de fundos comunitários. De entre estes destacam-se os Fundos Estruturais destinados prioritariamente a regiões em esforço de desenvolvimento (objectivo 1) que abarcaram em 1990 4/5 dos recursos financeiros disponíveis (60315 milhões de ECUs, a preços de 1989). Os restantes destinaram-se a concorrer para a resolução de problemas de desenvolvimento em regiões pré-seleccionadas: com acentuado declínio industrial (objectivo 2); desenvolvimento rural (objectivo 5b); acudir a problemas que atingem os desempregados de longa duração (objectivo 3) e dos jovens que procuram o primeiro emprego (objectivo 4) e ainda modernização da agricultura (objectivo 5a).

Concomitante com estes programas, a Comissão Europeia (no âmbito da CEE) pode propor outros, sempre que sejam evidenciadas necessidades específicas: zonas fortemente atingidas pelo declínio de determinados sectores industriais (siderurgia, construção naval, minas de carvão) e outras situações (protecção do ambiente).

No contexto do objectivo 2 dos Fundos Estruturais, as regiões industriais em declínio total/parcialmente elegíveis³ (fig. 7) foram abrangidas por uma

³ Relativamente a Portugal não são referenciados territórios em declínio industrial, apesar de estarem presentes: Serra da Estrela (têxteis), Península de Setúbal (a OID permitiu, no entanto, a recuperação) e algumas explorações mineiras.

A situação, contudo, é, em certa medida, salva-guarda através da inclusão de Portugal nas regiões em atraso de desenvolvimento, elegíveis para o objectivo 1 dos fundos estruturais.

«dotação de 7205 milhões de ECUs, a preços de 1989 durante o período 1989-1993, correspondente a 12% do global dos Fundos Estruturais» (O Dossier da Europa... 7-8/90, p. 8).

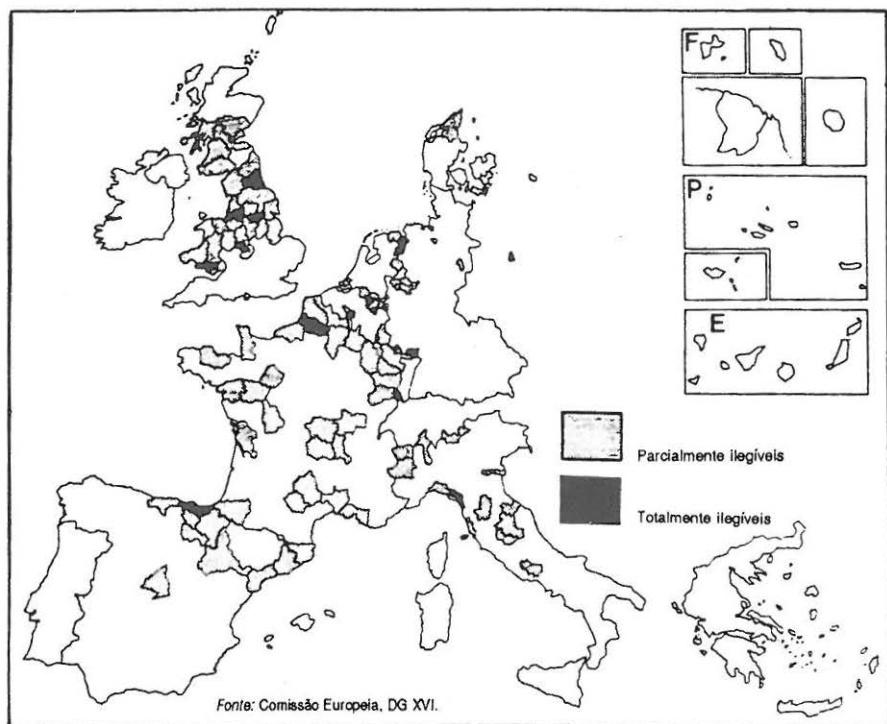


FIG. 7 — Comunidade Europeia. Regiões elegíveis para o objectivo 2, dos Fundos Estruturais (áreas industriais em declínio).

Fonte: *Dossier da Europa*, 1990, p. 11.

2.1.1. *Estratégia centralizadora: o caso do Reino Unido*

A Política Regional do Reino Unido é talvez a mais elaborada de entre os países com democracias ocidentais⁴. Foi, também, o pioneiro dos países da Europa Ocidental a desenvolver uma Política Regional: «Special Areas Act, 1934; Distribution of Industry Act, 1945; Local Employment Act, 1960; Industrial Development Act, 1966; Industry Act, 1972... (LEVER, 1987, p. 223). A publicação em 1977 do «Livro Branco» sobre os «inner city problems» põe

⁴ O controlo centralizado do desenvolvimento industrial é, também, facilitado pelo sistema de planeamento do uso do solo.

em evidência a extensão das dificuldades económicas dos centros urbanos. Em resposta, o Governo Trabalhista, no ano seguinte, adopta o «Inner Urban Areas Act» que constitui a primeira de uma série de medidas destinadas a atrair novos investimentos, empregos e melhores condições de vida. A primeira iniciativa lançada neste âmbito foi a criação de uma série de «inner city partnership schemes» onde o Governo Central e Autoridades Locais seleccionadas se agregam para em conjunto efectuarem vários melhoramentos, incluindo novas infra-estruturas, novos sítios industriais ou fábricas. O Governo Conservador eleito em 1979 continuou e ampliou esta política, privilegiando a construção de zonas empresariais (25 no total) a fim de estimular o investimento em novas indústrias e no comércio.

Este controlo centralizado tem por objectivo prioritário estimular a acção de empresas, interessando-as pela renovação urbana, através da simplificação do processo de obtenção das linhas de crédito (incluindo fundos da CEE). Entretanto, desde 1982, passa a ser aplicado o «Urban Development Grants». Este programa permitia que as Autoridades Locais concorressem a subsídios (até o máximo de 25% do custo total) para financiar projectos específicos. Contudo, este programa não obteve sucesso. Em 1988 o sistema seria substituído por uma nova forma de subvenção designada de «City Grant».

Com a responsabilidade de criar novas cidades, são lançadas pelo Governo Central, desde 1981, as «Urban Development Corporations». A estas organizações (10 no total) foram dados plenos poderes para adquirirem terrenos e para lançarem projectos de desenvolvimento.

O sucesso mais espectacular foi alcançado pelo Projecto de Desenvolvimento das Docas de Londres (London Dock Corporation) lançado em 1981 com o objectivo de dar uma nova imagem aos cais abandonados, atraindo novas actividades. Nesta acção de reconversão foram investidas 385 milhões de libras esterlinas, em contrapartida os investimentos do sector privado, induzidos, somaram 3 mil milhões. O êxito, em certa medida, resultou da inserção deste espaço num território com elevado potencial endógeno e em expansão económica. Entretanto, esta situação não faz regra. Outro organismo — a Mersey-side Development Corporation (1981) criada no Noroeste assumiu por inteiro o projecto de recuperação de 250 ha na margem do rio Mersey, investindo 160 milhões de libras.

A área intervencionada pelas dez Sociedades de Desenvolvimento Urbano totaliza 16 mil ha, tendo recebido, entre 1988 e 1989, subsídios do Estado no montante de 200 milhões de libras. Para além destas Sociedades foram, ainda, definidas vinte «zonas empresariais» com áreas compreendidas entre os 50 e os 450 ha. Incluem espaços urbanos degradados e com elevado índice de desemprego.

«Desde 1986, cerca de 300 projectos beneficiaram de linhas de crédito no valor global de 145 milhões de libras ... foram atraídos 580 milhões de libras de investimentos privados» ... para resolver problemas de degradação que seriam insolúveis sem esta «injecção» de capital (Expresso, «Imobiliário», de 12 de Novembro de 1988). Contudo, a dinâmica de apresentação de projectos ao programa «City Grant» mostram ser insuficientes as dotações orçamentais, podendo comprometer a aplicação efectiva do programa.

A fim de apoiar o sector privado no acesso aos diversos incentivos e iniciativas oficiais, o Governo criou, em 16 cidades a renovar, «actions teams ou task forces». Todo o esforço vai no sentido de contrariar a deterioração social e económica dos centros urbanos, desenvolvida de forma progressiva a partir da década de 70. O elevado desemprego e a consequente divisão da sociedade, o acréscimo dos índices de criminalidade e de conflitos sociais são manifestações da situação crítica do problema. Neste contexto, o investimento privado é reduzido. Impunha-se, portanto, inverter a situação, criando estímulos e movimentando «lobbies» (Nação e a Igreja) empenhados na recuperação/renovação urbana.

2.1.2. *Estratégia descentralizadora: o caso da França*

A estratégia de reconversão dos espaços desindustrializados é ditada, regra geral, pela capacidade de absorção do mercado local.

O modelo mais vulgarizado compreende a intervenção de diferentes promotores:

— *Sector privado* (proprietários ou promotores) actuando de modo diversificado, porém, sempre com o objectivo do lucro. Neste caso a reconversão pode ser realizada directamente pelo proprietário ou então mediante venda (ou por outra forma jurídica) ser entregue ao promotor.

— *Sociedades mistas* operando em casos de grandes superfícies a reconverter. Como exemplo cita-se a SOREX (Sociedade Regional de Expansão) — Metrópole Norte em que participa desde 1955 a Câmara de Comércio e de Indústria de Lille-Roubaix-Tourcoing, com o objectivo de comercializar e reciclar economicamente empresas desactivadas. Entre 1955 e 1985 a SOREX levou a efeito 1094 operações de reconversão que envolveram 4398659 m² (P. BRUYELLE, 1987, p. 48).

— «*Autarquias*» locais podendo intervir, por vezes, directamente, sempre que necessário e com objectivos e métodos vários, segundo as circunstâncias.

A intervenção directa pode conduzir à compra do espaço desindustrializado (fábrica e terrenos pertencentes à firma) e posterior revenda

ou alugar a empresas (construção de ninhos de empresas, tecnopolos, zonas empresariais...)

Outra forma de actuação da «Autarquia» local manifesta-se através da execução de políticas de zonamento e de urbanismo industrial, podendo, nalguns casos, revestir formas de expropriação quando considerada a utilidade pública.

Problemas decorrentes da oferta de solo superior à procura são superados, em regra, por intervenção do poder público (B. MERENNE SCHOUMAKER, 1990).

— *Política Regional de Reconversão* a exemplo da executada após 1977 na região de Nord-Pas-de-Calais.

Perante a dificuldade de tratamento dos vastos espaços desindustrializados e pela extensão do declínio industrial é criado o *EPR*⁵ (*Établissement Public Régional*).

Os objectivos são: executar operações dirigidas à comunidade local (melhorar o nível de vida das populações), encarregar-se dos encargos financeiros para a aquisição dos espaços desindustrializados (fundamentalmente hulheiras), introduzir os espaços a reconverter no mercado e, sempre que necessário, assumir a reconversão em função do ordenamento e desenvolvimento económico. Nestas operações mediante processo contratual o Estado e a Região cobrem até 75% dos custos, sendo o restante da responsabilidade da «Autarquia» local. No entanto, é possível recorrer a fundos estruturais da CEE destinados a zonas em declínio industrial (vide 2.1.).

Este processo, nem sempre é pacífico. Questões de modelo de reconversão e acções de longo prazo criam conflitos entre o Estado e o Poder Local, pela premência de encontrar solução para o desemprego e para o declínio dos recursos financeiros das «Autarquias» locais (JEAN DUMAS, 1989).

2.2. Modelos de reutilização dos espaços desindustrializados: preponderância da terciarização

A política de reconversão/reutilização dos espaços industriais abandonados passa por experiências interessantes no Reino Unido, França, Bélgica e fora da Europa, nos Estados Unidos, Canadá e Japão.

Em qualquer dos casos, a reconversão tem sido orientada para novas funções

⁵ Em 1972 são criados os *EPR*, conselho económico e social, composto pelo Patro-nato e pelos Perfeitos (Maire) das cidades com mais de 30 000 hab., que detêm poder de decisão a nível do Planeamento. Esta intervenção é reforçada, em 1982, com a publicação das Leis da Descentralização.

urbanas: conservação do conjunto arquitectónico ⁶, numa perspectiva de testemunho histórico, «uma espécie de espaço museológico ao ar livre» ⁷ (PARDO ABAD, C. J., 1990, p. 135), habitações e espaços públicos... ou, ainda, reu-



ESTAMPA 1 — Ninho de Empresas (Jules Chagot) instalado nos terrenos da antiga mina de carvão Montceau-les-Mines.

Fonte: *Serge Malfois*, 1988.

tilização por novas indústrias, a fim de promover o crescimento económico (estampa 1).

É evidente que o processo de reconversão/renovação dos espaços industriais é condicionado pela dinâmica de investimento do mercado imobiliário e pelas normas ditadas pelos planos de ordenamento urbanístico no que res-

⁶ Por princípio, o património industrial não deve ser demolido por razões, quer de natureza económica (edifícios sólidos e apresentando grandes disponibilidades de espaços livres cobertos) quer porque, no geral, se trata de «edifícios que concorrem para a imagem dos sítios... perfeitamente integrados na estrutura urbana... importa mantê-los (mesmo que alterados pela sedimentação distinta de épocas) num respeito claro pela história das actividades do homem» (Nuno Teotónio Pereira e al., 1990, p. 312).

⁷ Neste contexto, foi considerado como Parque Histórico Nacional, a partir de 1978, o canal de Lachine em Montreal (PARDO ABAD, C. J., 1990, p. 135). Colocado ao serviço em 1825, a partir do século XIX foram sendo instaladas ao longo das margens numerosas indústrias. Entretanto, em 1968 viria a ser encerrado à navegação.

peita ao uso dos solos. Nalguns casos (ex. Montreal) estas normas têm constituído obstáculo à reconversão, para funções não industriais, dos edifícios fabris desactivados. Todavia, a recessão da indústria tem imposto a revisão desta posição de modo a permitir a reconversão para outras funções alternativas, embora possa ficar sujeita a determinadas condições.

Acresce, ainda, que a reconversão de antigos espaços industriais é dificultado por questões técnicas de diferente natureza: poluição do solo (caso das indústrias extractivas e químicas), riscos de subsidência em áreas de minas (B. DEZERT, 1987, p. 3), edificações altamente obsoletas e o sítio, em função das condições de acessibilidade e da área disponível (L. CAETANO, 1989, p. 230). O declínio industrial deu lugar à progressiva terciarização: a percentagem de emprego no sector terciário passou em Montreal de 71%, em 1981, para 75% em 1986 (PARDO ABAD, C. J., 1990, p. 138).

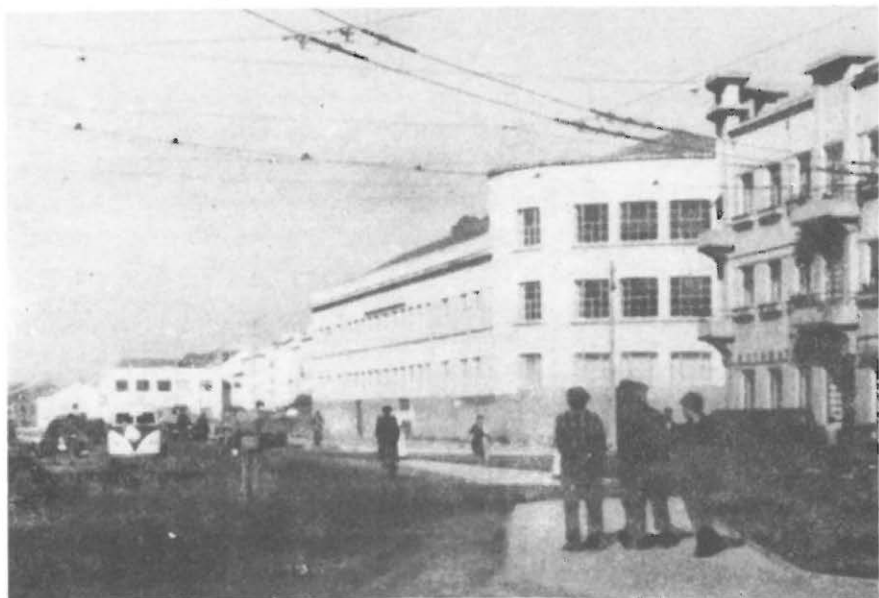
Entretanto, a progressiva transferência da indústria para a periferia coloca às autoridades locais outro tipo de preocupações: a possibilidade de também os serviços ligados à indústria a acompanharem.

Esta situação tem sido contrariada mediante programas de desenvolvimento industrial (novas firmas e sectores de elevadas tecnologias, podendo incluir ninhos de empresas) e de protecção às indústrias ainda em actividade no centro da cidade (Montreal⁸, Lyon, Londres), proporcionando uma simbiose interessante sob o ponto de vista social: local de trabalho e de residência próximos, evitando longas deslocações. Simultaneamente, procura-se responder às necessidades das empresas, dotando as «zonas» reservadas à indústria de infra-estruturas semelhantes às construídas nos parques industriais modernos, além do apoio à reconstrução dos edifícios fabris. Deste modo, a renovação urbana é acompanhada pela renovação industrial (L'usine dans la ville, ... 1982).

2.2.1. *Reconversão para funções urbanas mais especulativas*

Observa-se, na generalidade dos casos, que a reconversão quer de espaços, quer de edifícios industriais, em funções urbanas mais especulativas é predominante (comércio, bancos, escritórios, alojamentos etc.), passando inclusive pela demolição dos conjuntos construídos com o objectivo de vir a aumentar a área disponível no sentido vertical (estampas 2 e 3 e 4).

⁸ No caso de Montreal, a «autarquia» local assumiu o papel de intervenção na cidade não apenas através da orientação do uso do solo urbano, como também mediante a criação de sociedades de desenvolvimento industrial com o objectivo de subtrair o solo industrial à especulação não produtiva.



A



B

ESTAMPA 2 — Reconversão da fábrica têxtil de algodão (A) Aníbal Lima & Irmão (Coimbra) em Centro Urbano Polivalente (B): habitação, hotel, escritórios, balcões de bancos e de seguradoras.

Fonte (A): Mário Nunes, *Coimbra — Imagens do Passado, 1940-1960*, Coimbra, 1990.

A



B₁



ESTAMPA 3 — Reversão do espaço industrial da Fábrica de Cerâmica Lufapo (Coimbra).

A — A Fábrica em 1966 (Fonte: *Luclia Caetano*, 1968).

B₁ — Reversão em Centro Tecnológico.



B₂

ESTAMPA 3 — B₂ Reconversão através de loteamento dos terrenos restantes para construção imobiliária (6 ha que foram incluídos na zona residencial).



ESTAMPA 4 — A antiga Fábrica de Azulejos Hidráulicos Joaquim Gomes Porto & Irmão (Coimbra) em breve dará lugar a um moderno Centro Comercial (*Diário de Coimbra*, 18 de Dezembro de 1990).

No entanto, é crescente e nalguns casos bem sucedida a oposição de alguns «actores» a nível local ao pretenderem proteger o património industrial existente, mediante renovação e modernização das estruturas (estampa 5), por forma a rentabilizá-lo sem alterar substancialmente a arquitectura exterior.



ESTAMPA 5 — A Fábrica Têxtil Giron (Saint-Étienne) reconvertida em Centro Urbano Polivalente: 1700 m² de escritórios, alojamentos, galerias de antiguidades, centro comercial e pequenas oficinas.

Fonte: Serge Malfois, 1988.

2.2.2. *Reconversão para o turismo*

O sucesso de uma nova imagem de marca, mediante a renovação/reconversão dos velhos sítios industriais em espaços de lazer, diversão e cultura (museus industriais)⁹ gera a reputação turística.

Neste âmbito, as acções mais espectaculares têm sido desenvolvidas nos espaços funcionais de portos marítimos desactivados (estampa 6), outrora importantes entrepostos comerciais de nível internacional (Liverpool, Salford, Londres, Baltimore e Amagasaki e Kure no Japão).

A renovação passa pela destruição dos velhos edifícios, considerados irrecuperáveis, para dar lugar a passeios ao longo das docas (estampa 7), estabelecimentos comerciais (estampa 8), escritórios, restaurantes, aquários, museus (estampa 9), hotéis e residências de luxo e espaços de cultura diversificados (estampa 10 e 11) incluindo a realização no espaço aquático de acontecimentos culturais¹⁰. De um modo geral, reforçam-se as intenções de reciclar os velhos edifícios, em bom estado, sem grandes alterações do aspecto exterior e simultaneamente, procura-se integrar harmoniosamente as novas construções. A intenção é preservar a imagem das cidades (apenas externamente, pois perde a imagem de cidade operária).

As novas áreas residenciais são habitadas por classes sociais com elevado poder económico (homens de negócios, jovens profissionais com rendimento elevado — os Yuppies).

Semelhantes políticas de reconversão visam, antes de mais, atrair investimentos e visitantes (turistas — estampa 12), todavia, a concentração excessiva de equipamentos turísticos pode conduzir à saturação, pelo que tudo o que for acrescentado corre o risco de não ter êxito económico. Baltimore, por este motivo, tem já conhecido o insucesso de alguns projectos. A conversão da Central Eléctrica em parque de atracções, aberto ao público em 1985, foi um fracasso financeiro, encerrando em 1987. Igualmente a conversão do antigo Mercado do Peixe foi um desastre financeiro. Nesta perspectiva, a preo-

⁹ Alguns projectos interessantes têm surgido igualmente em Portugal: Museu da Electricidade que a EDP instalou na Central Tejo (Lisboa) com o objectivo de «salvaguardar e valorizar o património eléctrico existente, bem como contribuir para o estudo da história da electricidade e do processo de electrificação português» (Mário Mariano, 1990, p. 91); conversão da Real Fábrica dos Panos da Covilhã (Pombalina) para instalação da Universidade da Beira Interior e recuperação das antigas salas da tinturaria para o Museu dos Lanifícios.

¹⁰ Exposição de veleiros históricos de diferentes países realizada, em 1976, em Baltimore atraía perto de 2 milhões de visitantes (Yves Boquet, 1990).



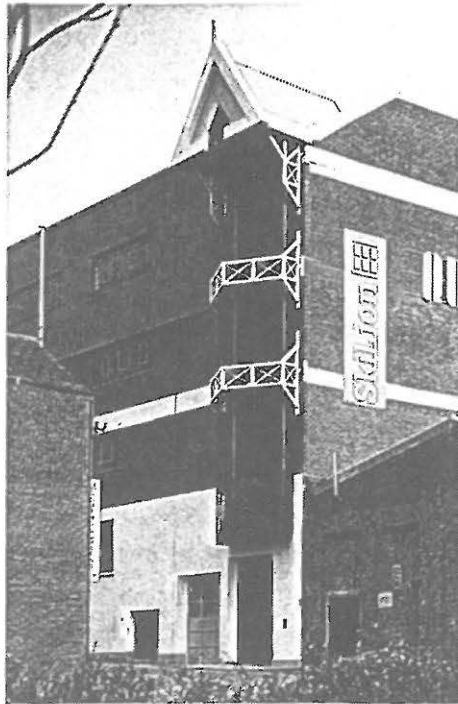
ESTAMPA 6 — Plano de reconversão do Porto de Salford (servia a metrópole industrial Manchester).

Fonte: Jeffersons Air Photography, Maio 1990.

Nos 67 ha do porto, surgem escritórios, habitações, espaços de recreio e lazer e desportos náuticos. O Projecto «Salford Quays» iniciado em 1985 estará concluído em 1993, e incluirá o maior auditório (World Trad Center). Até 1988 foram criados 1000 postos de trabalho. em 1990 eram 3000. Foram inventadas...



ESTAMPA 7 — Passeio Público no cais-New Brighton (Wirral-Reino Unido).
Fonte: Merseyside Development Corporation, Nov. 1989.



ESTAMPA 8 — Centro Comercial de Queens Dock (Liverpool). Desenvolvimento baseado em pequenos negócios.
Fonte: News Wave, Merseyside Development Corporation, News Paper, n.º 2 (1990).

cupação actual reside em renovar os restantes sectores das docas (extensão total de cerca de 40 km) utilizando-se as funções não ligadas ao turismo.



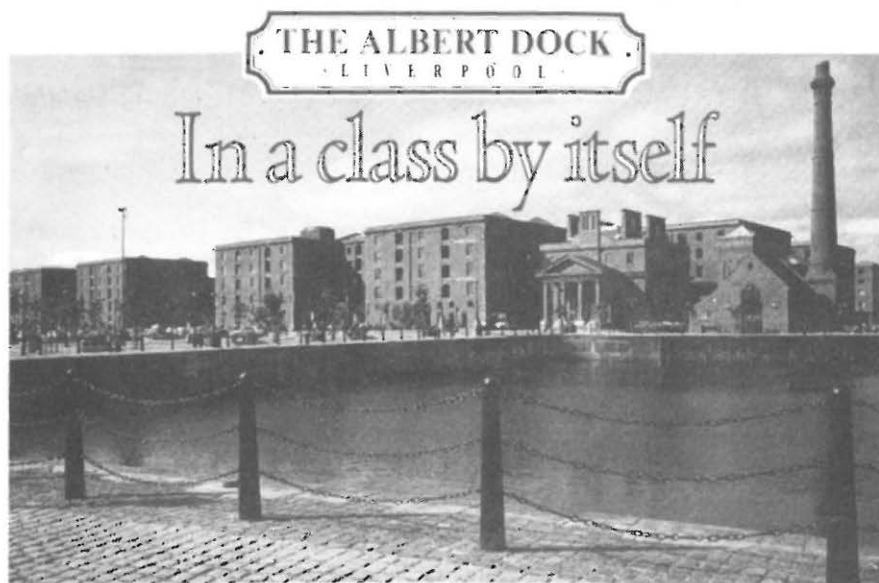
ESTAMPA 9 — Museu Marítimo, Albert Dock (Liverpool).

Fonte: News Wave, Merseyside Development Corporation, News Paper, n.º 2 (1990).

A remodelação dos portos se trouxe vantagens financeiras, quer para os promotores imobiliários, quer para as finanças locais (através das taxas mais elevadas), e também permitiu que a cidade se voltasse para a água (a fisionomia criada, tem sido inclusive utilizada em filmagens), porém, não tem proporcionado a resolução do desemprego, não só porque são em número reduzido



ESTAMPA 10 — Mariners Canal — Salford Quays.
Rainbow Boats Trust Royal Review, 27 de Julho 1989.



ESTAMPA 11 — Albert Dock reconvertida.

24 horas por dia é possível disfrutar de áreas comerciais, lazer, restaurantes, cafés, pubs, Museu Marítimo e Galerias de Arte.

Fonte: Merseyside Tourism Board (1990), Liverpool.

os empregos criados, como exigem outros profissionais, para além de assumirem carácter precário em resultado da sazonalidade.

Constata-se, assim, que o turismo é uma opção de efeitos limitados para o relançamento da economia local, embora possa induzir (em resultado da nova imagem construída) o investimento em actividades produtivas, serviços de I & D (Investigação e Desenvolvimento) e serviços superiores.



ESTAMPA 12 — Turismo, actividade em maior expansão em Liverpool: cerca de 50% dos empregos estão ligados ao turismo.

Fonte: News Wave, Merseyside Development Corporation News Paper, n.º 2 (1990).

3 — MUTAÇÃO DA ESTRUTURA SECTORIAL DA ECONOMIA

3.1. Terciarização do emprego

Ao declínio do sector industrial contrapõe-se no terciário acréscimo do emprego. Entre 1961 e 1988, na região de Liège (Bélgica), com a perda de 50% dos empregos na indústria, o sector secundário que representava 58,1% do emprego total em 1961 passa para 28,6% em 1988 (quadro 7). Entretanto, no sector terciário regista-se acréscimo de 76% dos empregos, relativamente a 1961. Actualmente, 7 em 10 activos trabalham no sector terciário, enquanto em 1961 trabalhavam na indústria 6 em 10 activos (B. MERENNE SCHOUMAKER, 1990). Todavia, na generalidade das regiões desindustrializadas o acréscimo do emprego no sector terciário não absorveu a perda de postos de trabalho na indústria.

Yorkshire e Humberside (Reino Unido), entre 1981 e 1987, perderam 97000 empregos na indústria transformadora (em especial nos ramos da metalurgia

e têxteis, em resultado de falências e concentração de firmas) e 41000 empregos no sector mineiro, porém o terciário foi acrescido, apenas, de 90 200 novos empregos (C. M. LEIGH, 1990), compensando 65% do desemprego. Idêntica situação se observou em Clydeside (Reino Unido). Entre 1951 e 1983/84 o declínio do emprego na indústria atingiu 61,2%, contra 47,6% de aumento no terciário. Observa-se, assim, um déficite de 13,6% (LEVER, 1987, p. 250).

QUADRO 7 — Evolução do emprego na «região» de Liège

	Emprego no sector secundário		Emprego no sector terciário	
	% total	% Variação	% Total	% Variação
1961	58,1	100,0	40,0	100,0
1970	49,8	85,7	48,9	122,2
1981	36,8	63,3	62,3	155,7
1988	28,6	49,2	70,4	176,0
Bélgica				
1974/88		-34,2		+29,8

Fonte: B. Merenne-Schoumaker, 1990, p. 2 e 8.

No sector terciário são os serviços destinados à população (serviços pessoais, bem estar social e lazer, serviços público/administrativos) que ganham importância. É um terciário não correlacionado com uma terciarização geral das actividades, mas sim com a elevação do nível de vida e com as alterações gerais do comportamento da população que consome, cada vez mais, bens imateriais.

Naturalmente, a terciarização da economia não é significativa em áreas que perderam o potencial económico com a desindustrialização, ao invés das regiões cuja reconversão foi baseada em políticas de crescimento do sector produtivo que obtiveram êxito (serviços produtivos e I & D, o terciário superior).

3.2. Precaridade do emprego e baixos salários

Percentagem crescente de empregos criados no sector terciário, após a desindustrialização, está sujeita a regime part-time (fig. 8), de contratos de curta duração, de emprego precário e baixos salários (HARRISON, 1982 e FRIEDMANN, 1985).

Acresce ainda a multiplicação de pequenos negócios, familiares, e consequentemente de trabalho por conta própria (ALAN R. TOWNSEND, 1990 e CHRISTINE M. LEIGH, 1990).

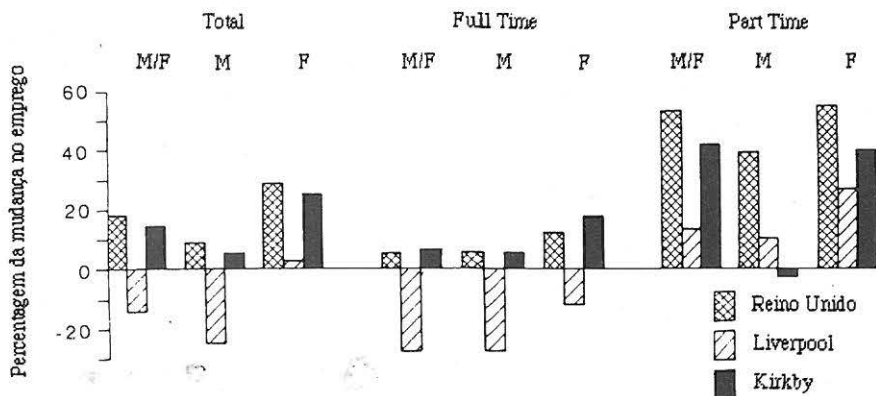
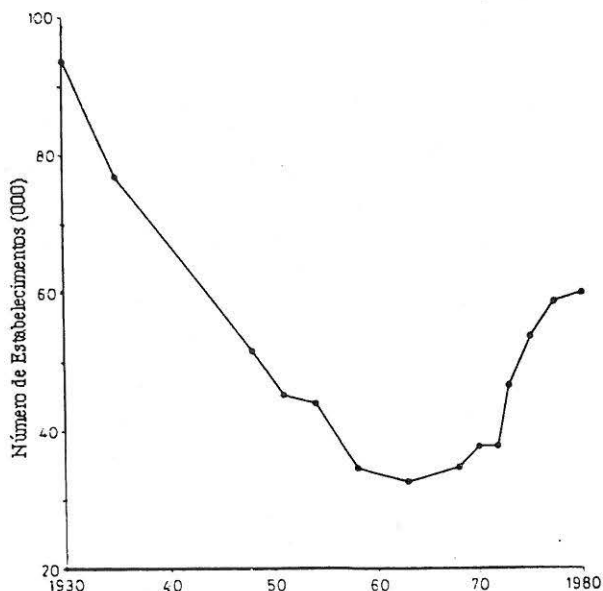


FIG. 8 — Emprego nos sector terciário.

Fonte: R. A. Meegan, 1989.

Disto resulta que o número de pequenas firmas empregando menos de 10 pessoas aumenta substancialmente no Reino Unido (fig. 9), e estabelecimentos



* Dez trabalhadores ou menos

FIG. 9 — Evolução dos estabelecimentos industriais de pequena dimensão, no Reino Unido, 1930/1980

Fonte: Lever, 1987, p. 8.

com menos de 20 postos de trabalho são responsáveis por mais de metade dos novos empregos, entre 1982 e 1986, em Nova Inglaterra (Estados Unidos A.; C. MANZAGOL, 1989, p. 249).

Esta situação, com frequência, facilita as interligações empresariais através de formas de subcontratação.

3.2.1. *Emprego ligado ao turismo*

No Reino Unido, os Censos indicam acréscimos de 5% entre 1981/84 e 5,8% nos 3 anos seguintes (ALAN R. TOWNSEND, 1990), porém mais uma vez se verifica que se trata de empregos baseados em baixos salários, temporários, sazonais e em part-time. Nestas circunstâncias, a promoção do turismo concorre efectivamente, para a recuperação de regiões em declínio? Acréscimos de emprego ocorrem no Sudeste (restaurantes, cafés, etc.) e no Midlands Oriental (bares, cervejarias, e serviços de recreio). No global o emprego nos sectores ligados ao turismo cresceu 15,7%, no Leste Midlands 14,2% e no Leste Anglia 20,3%. Enquanto nas regiões de forte desemprego (Escócia, o Norte e o NW) os acréscimos são insignificantes, ocorrendo inclusivé decréscimo nalguns serviços de recreio (casinos e cabarés).

Para além disto ocorre a feminização do emprego (69,3%) e trabalho em part-time (65%).

A inovação de serviços no âmbito do turismo tais como: museus de arqueologia industrial, livrarias, galerias de arte, marinas, centros de conferências, poderão ter êxito através do emprego indirecto obtido por indução.

Porém, torna-se, evidente que para atingir sucesso há que desenvolver políticas de formação profissional, estimativas de custos, marketing e sobretudo progresso económico.

3.3. *Terciário superior e reconversão económica*

A recuperação económica tem sido, na generalidade, bem sucedida quando baseada na revitalização industrial, através de novas tecnologias e inovação (produtos e processos de produção) e no reforço do sector terciário superior: comércio, instrução, serviços às empresas e serviços financeiros.

Salienta-se, ainda, que estes agentes arrastam-se mutuamente. Com efeito, verifica-se que para as PME e PMIs (Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias) inovadoras a estratégia de localização óptima selecciona áreas metropolitanas onde se concentram serviços de I & D (fig. 10). Por

sua vez, aquelas empresas induzem a criação de serviços produtivos, concorrendo, desta forma para a terciarização da economia.

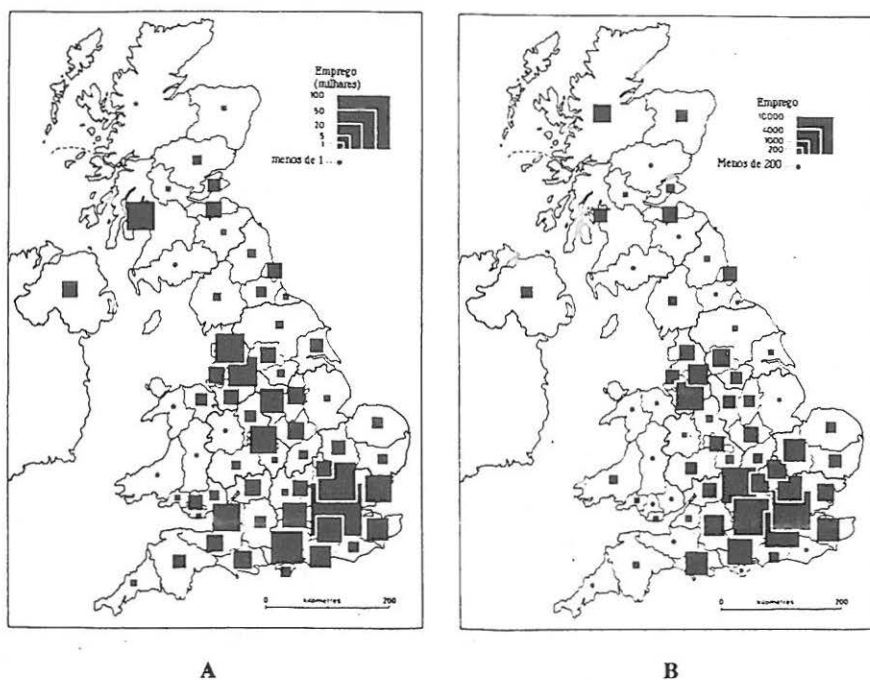


FIG. 10 — A — Indústria transformadora de alta-tecnologia, 1981. B — Serviços de investigação e desenvolvimento, 1981.

Fonte: *Lever*, 1987, p. 16.

CONCLUSÃO

Do que ficou dito ressalta que o processo de desindustrialização operado nas décadas recentes tem por causas próximas a perda de competitividade dos produtos fabricados nas velhas regiões industrializadas:

— a subida dos custos de produção por efeito do encarecimento das matérias-primas e fontes de energia e dos encargos sociais e salariais;

— o atraso tecnológico em inovação frente aos Novos Países Industrializados (Japão, Taiwan e Coreia do Sul).

A estas se juntam condicionantes ligadas à microeconomia da firma, enquanto responsável pela organização da actividade:

— o anquilosamento e as novas estratégias das firmas (segmentação da produção e dispersão locativa em função da nova ordem económica e divisão do trabalho).

A nível local estas razões são acrescidas pelos efeitos da aplicação de políticas de planeamento físico do espaço urbano e de protecção do ambiente.

A nível do território as consequências, mais evidentes, são o desemprego e os espaços industriais abandonados.

A reconversão tem, em ambos os casos, conduzido regra geral, à terciarização. Porém, apesar de os dados mostrarem acréscimos de emprego no sector terciário, a estrutura indica frequência de serviços não produtivos (serviços pessoais e público/administrativos). E, não menos importante, é o facto de se assinalar crescente percentagem de empregos part-time, precários e com baixos salários. Esta situação observa-se, inclusivé, em actividades ligadas ao turismo (defendido por certos promotores do desenvolvimento como a solução mágica). Nestas circunstâncias impõe-se questionar sobre o futuro do território em reconversão. Tanto mais que, nem o número de novos empregos criados no sector terciário consegue absorver os postos de trabalhos perdidos na indústria extractiva e transformadora, nem os novos empregos se adaptam à formação profissional dos desempregados.

Os casos de sucesso demonstram que as políticas de reconversão territorial (regional e local) têm de valorizar o terciário superior (financeiro, comercial e I & D), os recursos locais (criando uma nova imagem de marca) e os recursos humanos (apostando na instrução e formação profissional adequada às novas tecnologias e novas formas de gestão).

O êxito destas acções reside na capacidade indutora e multiplicadora da economia e naturalmente, de novas oportunidades de emprego sustentado.

BIBLIOGRAFIA

- AVEL, Robert, «La reconversion industrielle: le point de vue d'un promoteur», *La reconquête des espaces industriels, Cahiers du CREPIF*, n.º 20, 1987, p. 109-115.
- BASTIÉ, Jean; DEZERT, Bernard, *L'espace urbain* (cap. 13), ed. Masson, 1980.
- BONNEVILLE, Marc, «Le recyclage des fronts de mer de la côte pacifique nord-américaine: San Francisco, Seattle et Vancouver», *Annales de Géographie*, n.º 532, 1986, pp. 657-680.
- BOQUET, Ives, *Aspects récréatifs de la revitalisation des berges à Baltimore*, comunicação apresentada na 2.ª Reunião do Grupo de Estudos UGI sobre Regiões Antigamente Industrializadas, U.K., 1990.
- BRUYELLE, Pierre, «Les politiques des friches industrielles dans le Nord-Pas-de-Calais», in *La reconquête des espaces industriels, Cahiers du CREPIF*, n.º 20, 1987, p. 33 a 54.
- CAETANO, Lucília J., *Zona Industrial Loreto-Pedrulha da cidade de Coimbra*, Coimbra, 1968 (tese de licenciatura, polic.).
- CAETANO, Lucília, «Crise et reconversion de la région industrielle lainière de la «Serra da Estrela»», *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 226 a 231.
- COHEN, Jeanine, «les transformations de l'industrie et de la localisation des emplois dans l'agglomération parisienne», *Annales de Géographie*, n.º 554, ano XCIX, Julho/Agosto 1990, p. 385 a 405.
- DEZERT, Bernard, «Préface», *La reconquête des espaces industriels, Cahiers du CREPIF*, n.º 20, 1987.
- DEZERT, B. et BRUYELLE, P., «Avant-Propos», *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 250.
- DEZERT, B., «Formes d'agglomération et de dispersion dans les régions anciennement industrialisées», *Hommes et Terres du Nord*, 1989, n.º 4, p. 206 a 209.
- DIÁRIO DE COIMBRA, 18 de Dezembro de 1990.
- (O) DOSSIER DA EUROPA, As novas políticas estruturais da Comunidade Europeia, Comissão das Comunidades Europeias, n.º 7-8/90, de Junho/Julho, 1990.
- DUMAS, Jean, «Le paysage, la construction et la promotion: l'État et les friches industrielles», *Hommes et Terres du Nord*, 1989, n.º 4, p. 210-214.
- EXPRESSO (caderno «Imobiliário») de 12 de Novembro de 1988.
- GUICHARD-ANGUIS, Sylvie, «Renaissance urbaine et politique des paysages dans deux villes portuaires japonaises», *Hommes et Terres du Nord*, 1989, n.º 4, p. 331 a 335.
- HENRIQUES, Isabel, «A fábrica da Companhia Cerâmica das Telheiras. Algumas questões de método», *I Encontro Nacional sobre Património Industrial, Coimbra, Guimarães, Lisboa, 1986, Actas e Comunicações*, Coimbra, 1990, p. 205 a 226.
- LACAZE, Jean-Paul, «Le marché des friches industrielles», *L'Urbanisme*, n.º 213, 1986, p. 72 a 75.

- LAFERRÈRE, Michel, «Les friches industrielles et leur reconquête: L'exemple de Rhône-Poulenc-Textile», in *La reconquête des espaces industriels, Cahiers du CREPIF*, n.º 20, 1987, p. 55 a 79.
- LAVIGNE, Gilles, «Les grandes friches face à la revanche du local», *L'Urbanisme*, n.º 213, 1986, p. 123 a 127.
- LEIGH, Christine M., *Sectoral change and industrial restructuring in Yorkshire and Humberside: Pressures and responses*, Comunicação apresentada na 2.ª Reunião do Grupo de Estudos UGI sobre Regiões Antigamente Industrializadas, U.K., 1990.
- LEVER, W. F., *Industrial change in the United Kingdom*, ed., Longman, 1987.
- LLOYD, Peter E., «The dynamic restructuring of production issues for policy in old industrial regions», *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 215 a 219.
- MANZAGOL, Claude, «La Nouvelle Angleterre Septentrionale. Renouveau d'une vieille région industrielle», *Hommes et Terre du Nord*, n.º 4, 1989, p. 245 a 250.
- MARIANO, Mário, «Electricidade e património cultural», *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial, Coimbra, Guimarães, Lisboa, 1986, Actas e Comunicações*, Coimbra, 1990, p. 89 a 94.
- MARSHALL, J. N., «Private services in an Era of change», *Geoforum*, vol. 20, n.º 3, 1989, p. 365 a 379.
- MEEGAN, R. A., «Paradise postponed: the growth and decline of Merseyside's outer estates's», *P. Cooke (ed) Localities: the changing face of urban Britain, Unwin Hyman*, 1989.
- MERENNE-SCHOUMAKER, B., *Désindustrialisation et tertiarisation. Quelques observations à partir du cas de Liège*, comunicação apresentada na 2.ª Reunião do Grupo de Estudos UGI sobre Regiões Antigamente Industrializadas, U.K., 1990.
- MÜLLER, Dietrich, «Politique urbaine et aménagement des activités à Karlsruhe (RFA)», *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 313 a 319.
- PRADO, Abad, Carlos J., «Renovación y reconversión urbana de espacios industriales en declive en Montreal», *Estudios territoriales*, n.º 32, 1990, p. 129 a 143.
- PEREIRA, Manuel Taborda, «Reabilitação de uma fábrica do séc. XVIII para a Cooperativa Árvore, no Porto», *I Encontro Nacional sobre Património Industrial...*, Coimbra, 1990, p. 437 a 439.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e MESTRE, Vitor, «Património construído: reconverter para preservar», *I Encontro Nacional sobre Património Industrial...*, Coimbra, 1990, p. 307 a 320.
- SANTINI, André, «La reconversion des espaces industriels à Issy-Les-Moulineaux», in *La reconquête des espaces industriels, Cahiers du CREPIF*, n.º 20, 1987, p. 89 a 102.
- TOMAS, François, «Les conditions de la relance économique dans une vieille région industrielle: le cas de l'agglomération Stéphanoise», *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 262 a 264.

- TOWNSEND, Alan R., *The role of service employment in restructuring an old industrial region with particular reference to claims for tourism*, comunicação apresentada na 2.ª Reunião do Grupo de Estudos UGI sobre Regiões Antigamente Industrializadas, U.K., 1990.
- TUPPEN, J. N., «Restructuring and old industrial region: some reflections on the case of Manchester». *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, 1989, p. 361 a 366.
- TUROK, Ivan, «Pitfalls in industrial first aid: examples from an initiative in London», *Geoforum*, vol. 20, n.º 3, 1989, p. 355 a 364.
- (L')USINE DANS LA VILLE, Actas das Jornadas da Comissão de Geografia Industrial Lyon e Saint-Étienne, 23/24 Outubro de 1981, in *Revue de Géographie de Lyon*, 1982.
- WATTS, H. D., *Industrial Geography*, ed. Longman, 2.ª ed., 1989.